

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 396.881 - RS (2013/0302935-2)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : CWM COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA E OUTRO
ADVOGADOS : FRANCIANE WOUTHERES BORTOLOTTI E OUTRO(S) - RS054388
THAYANE RODRIGUES RAMOS - RS076591
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : CLÁUDIO FERNANDO VARNIERI E OUTRO(S) - RS010277
INTERES. : LEONILDES BAHIA PEREIRA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela CWM COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA. e OUTRO contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 253):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA QUANTO A UMA DAS PARTES AGRAVANTES. CEDENTE DE CRÉDITO A SER PAGO MEDIANTE PRECATÓRIO QUE NADA REQUEREU. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No especial obstaculizado, os agravantes apontaram violação dos arts. 499, 535, e 567, II, do Código de Processo Civil/1973 e dos arts. 22 e 23 da Lei 8.906/1994.

Sustentaram, preliminarmente, que houve negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem não se manifestou sobre os seguintes pontos: i) as partes são representadas pelo mesmo patrono, portanto tiveram ciência da decisão agravada, não havendo que se falar em intempestividade; ii) a cessionária CWM Comércio e Administração de Bens Ltda., ao contrário do afirmado no acórdão recorrido, postulou sua habilitação em 04/07/2008 ao juízo de origem, o que confirma o seu interesse em recorrer; iii) aplicabilidade do art. 567, II, do CPC/1973; iv) a ausência do nome da particular na certidão foi erro do cartório, não podendo ser imputado o prejuízo às partes.

No mérito, alegaram, em síntese, que o cessionário tem o direito de promover a execução ou nela prosseguir.

Sem contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, tendo em vista a incidência da Súmula 281 do STF.

Em sua irresignação, os agravantes infirmam a decisão agravada e,

no mais, reiteram os argumentos articulados no recurso especial.

Contraminuta apresentada.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Dito isso, extrai-se dos autos que a Corte de origem, entre outros fundamentos, negou provimento ao agravo de instrumento por não vislumbrar interesse em recorrer da empresa CWM Comércio e Administração de Bens Ltda., em razão de não ter sido postulada a sua habilitação nos autos como cessionária.

Foram opostos embargos de declaração apontando vícios no aresto hostizado, como a existência de pedido de habilitação formulado no Juiz de origem, requerendo a sua constituição nos autos (e-STJ fl. 264):

Dessa forma, omisso o Eminent Relator, uma vez que a cessionária CWM Comércio e Administração de Bens postulou sim a sua habilitação quando peticionou ao juízo de origem na data de 04/07/2008, informando a cessão feita pelo cedente e autor originário do feito Leonides Bahia Pereira, e pedindo a sua constituição nos autos, o que se pode verificar da petição que segue em anexo e que foi anexada no agravo.

Entretanto, o Tribunal *a quo* rejeitou os declaratórios, sem tecer nenhum fundamento acerca do ponto (e-STJ fls. 273/278).

É certo que o magistrado, desde que amparado em fundamentação suficiente, não está obrigado a responder a todos os argumentos suscitados pela parte. Todavia, na espécie, constata-se que a Corte de origem manteve-se silente sobre questão relevante para o deslinde da controvérsia, a despeito de ter sido oportunamente provocada mediante aclaratórios.

Com efeito, a ocorrência de vício de integração justifica a nulidade do acórdão recorrido, por violação do art. 535, II, do CPC/1973, para que a questão jurídica levantada pela autarquia, qual seja, o requerimento de habilitação da empresa, seja apreciada pelo Tribunal de origem, à luz do caso concreto, até mesmo para fins de efetivo prequestionamento, sob pena de inviabilizar o acesso à instância especial, nos termos da Súmula 211 do STJ.

No mesmo sentido, *mutatis mutandis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO À QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA ANÁLISE DA DEMANDA. RECURSO ESPECIAL DO MPF PROVIDO PARA ANULAR O ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DETERMINAR O

RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM A FIM DE QUE SUPRA A OMISSÃO APONTADA, PREJUDICADA A ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Da análise dos autos, verifica-se de que as alegações apresentadas pelo Ministério Público Federal, em sede de Embargos Declaratórios, especialmente quanto a importância ambiental da área, que abriga espécime raro e as falhas apontada no Estudo de Impacto Ambiental, não foram realmente analisados pela Corte local.

2. Com a oposição dos Embargos de Declaração, foi expressamente solicitada a manifestação do colegiado acerca de tais questões, de forma que lhe cabia analisar o ponto omissivo/contraditório e sanar a irregularidade apontada. Não tendo o Tribunal sequer feito referência a isso, de fato, houve violação do art. 535, II do CPC, o que importa a reforma da decisão.

3. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg no REsp 1.221.403/RS, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 23/08/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO CARACTERIZADA. NULIDADE DO ACÓRDÃO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. Tratando-se de questão relevante para o deslinde da causa, a ausência de manifestação sobre ela caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC/1973. Verificada tal ofensa, em sede de recurso especial, impõe-se a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, para que seja proferido novo julgamento suprimindo tal omissão.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 868.604/RN, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA, DJe 14/09/2016).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "c", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de anular o acórdão recorrido, por violação do art. 1.022 do CPC/2015, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que reaprecie os embargos de declaração opostos pela recorrente, sanando os vícios de integração ora identificados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator